



Há alternativas!

PROPOSTAS DA CGTP-IN

Contra a Exploração e o Empobrecimento
Uma vida melhor

Abril 2013

1. EXISTEM ALTERNATIVAS

A política do Governo PSD\CDS é uma monstruosidade fiscal, é económica e socialmente desastrosa e politicamente insustentável.

As perspectivas de novos cortes nas funções sociais do Estado, nos direitos dos trabalhadores dos sectores público e privado, nas prestações de desemprego e doença, nos direitos dos jovens, reformados e pensionistas, confirmam o fracasso do memorando da troica e da política de direita e indicia a acentuação do empobrecimento das famílias e do país.

Persistir na austeridade e recessão é acrescentar mais corte na despesa social, destruir o emprego e fomentar o desemprego, aprofundar as injustiças e as desigualdades sociais, aumentar o défice e a dívida, fragilizar a democracia e a soberania.

A necessidade de uma mudança de política e de governo torna-se, neste contexto, uma questão incontornável que ganha cada vez mais consenso na sociedade portuguesa.

Existem alternativas à política até agora seguida pelo Governo PSD\CDS. Se as propostas que a CGTP-IN apresentou no final de 2012 tivessem sido implementadas¹, **no 1º trimestre deste ano o Estado português teria conseguido uma receita suplementar de 980 Milhões de euros e uma redução da despesa na ordem dos 1.129,81 milhões de euros.**

Efeitos no 1º trimestre de 2013 das Propostas da CGTP-IN ¹	Valores em milhões de euros
Aumento da Receita	
Criação de uma taxa de 0,25 sobre as transacções financeiras	510,68
Tributação adicional dos dividendos ²	180,0
Combate à Fraude e Evasão Fiscal	290,0
Total	980,7
Redução da Despesa	
Redução dos Encargos com juros da dívida ³	957,8
dos quais:	
Dívida de longo prazo (OT)	197,8
Dívida de curto prazo (BT)	324,3
Eliminação da sobretaxa/margem com "ajuda" da Troica	435,7
Redução da TIR nas PPP rodoviárias	171,9
Total	1.129,7
TOTAL	2.110,3

¹ Apenas contabilizando aquelas que permitem desagregação trimestral.

² Considerando apenas a aplicação da sobretaxa de 10% sobre os dividendos das empresas cotadas em bolsa.

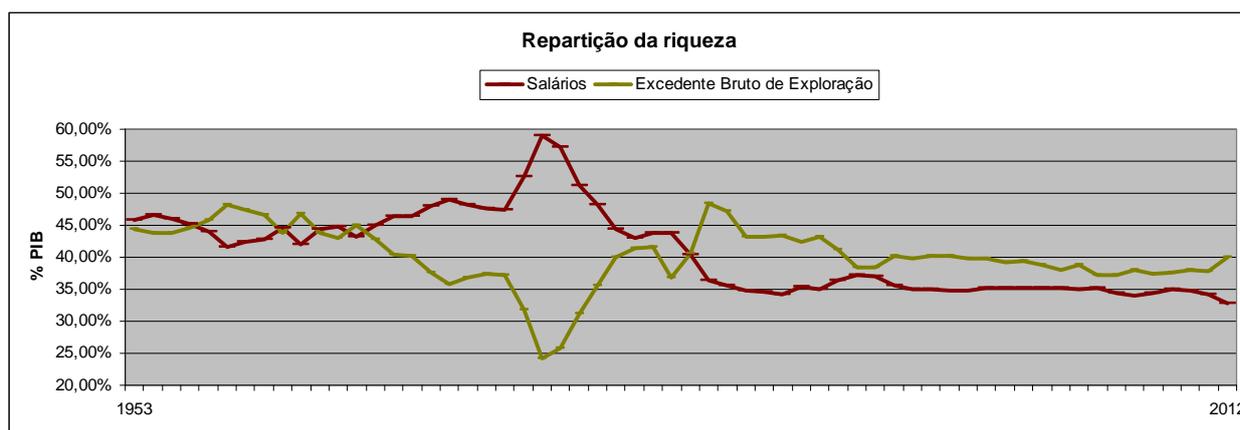
³ Considerando apenas o vencimento de juros que ocorreu no primeiro trimestre.

2. TRAVAR A EXPLORAÇÃO E O EMPOBRECIMENTO

A política deste Governo está a promover uma gigantesca transferência da riqueza nacional do trabalho para o capital, desmascarando a tese de que todos estão a fazer sacrifícios.

Nunca como desde de 1953 (primeiro ano de referência dos dados divulgados pelo Banco de Portugal) que a parte da riqueza para o trabalho foi tão reduzida como no final de 2012, situando-se em 32%⁴ do total.

Só no último ano, os salários caíram 7,25%⁵, quando o PIB se reduziu em 3,2%. No mesmo período, o capital viu os seus resultados aumentarem em 2,2%, representando agora mais de 40% da riqueza criada em Portugal, o valor mais elevado dos últimos 15 anos.



Fonte: Banco de Portugal, Séries Cronológicas; 2012: INE

Não é possível promover o crescimento, como o Governo agora promete sem a inversão desta política económica. É impossível promover uma política de crescimento económico sem fazer uma ruptura com a política de recessão, austeridade, destruição do aparelho produtivo, cortes sistemáticos nos salários e pensões, no investimento e segregação da procura interna.

Neste quadro, a CGTP-IN actualiza e apresenta **novas propostas para a redução da despesa parasitária e o aumento da receita:**

- ♦ É necessária uma outra política que assegure o crescimento da economia, para gerar emprego, e reduzir uma taxa de desemprego que não pára de aumentar. Isto num quadro em que temos 1 milhão e 500 mil pessoas na situação de desempregados, inactivos e em sub emprego;
- ♦ O Estado pode obter recursos para reduzir o seu défice e a dívida pública, através do crescimento, que gera receitas e diminui despesas, de maior justiça fiscal e da diminuição de despesa resultante da crescente apropriação do Estado pelos poderes económicos privados;
- ♦ É urgente responder aos problemas dos trabalhadores e das famílias que estão a ser as vítimas primeiras de políticas de desastre económico e social. Neste sentido, a CGTP-IN reafirma como prioridades reivindicativas para 2013: políticas económicas favoráveis ao crescimento, ao emprego e à coesão social; a valorização do trabalho e dos direitos dos trabalhadores; a melhoria dos salários, nomeadamente do SMN; o reforço da protecção social; a justiça fiscal.

⁴ Considerando os salários e ordenados sem as contribuições para a Segurança Social.

⁵ Corresponde a uma quebra do emprego e do salário real.

3. A RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA E A ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO DO ESTADO

Proposta da CGTP-IN

O peso da dívida no total da despesa pública vai atingir, em 2013 e nos anos subsequentes, níveis in comportáveis⁶. A CGTP-IN exige uma séria renegociação dos montantes, prazos e juros a que o país está a ser sujeito.

O insuficiente alargamento das maturidades do empréstimo da troica, sem envolver uma redução dos juros, apenas dilata a transferência de avultados montantes em juros e encargos, na sua maioria usurários.

A CGTP-IN considera que Portugal e os restantes países da Zona euro devem exigir e concretizar alterações nos Estatutos do Banco Central Europeu (BCE), de forma a permitir o financiamento directo aos Estados, nas condições que hoje existem para a banca privada.

Assim, a CGTP-IN propõe:

Que o Governo defenda, de forma determinada junto das instituições europeias, a alteração do estatuto do Banco Central Europeu, de modo a permitir-se que os Estados se financiem à taxa de juro praticada pelo BCE para a banca privada.

- **No que concerne à dívida de longo prazo**, o IGCP, E.P.E deve usar a possibilidade conferida pelo n.º 2, do art. 6.º do DL 280/98, e proceder à recompra de Obrigações de Tesouro (OT), de forma a reduzir os brutais encargos com os juros destes títulos.
- **A emissão futura de Obrigações do Tesouro** deve ser feita no quadro da cooperação entre o Estado e o BCE, de modo a garantir taxas de juro que hoje o BCE pratica para a banca comercial privada.

O quadro seguinte é elucidativo do potencial de poupança de despesa que estas medidas incorporam. Só no ano de 2013 poderiam ser “poupados” 3.464 milhões de euros.

Encargos para o Estado pelo pagamento de juros das OT's emitidas

Valores em milhões de euros	Valor Nominal	Cupão a pagar em 2013	Valor a pagar com Taxa de Juro do BCE	Valor da poupança para o Estado
Obrigações de Tesouro	93.633,16	4.166,36	702,25	3.464,11

Fonte: IGCP, E.P.E.; cálculos de juros CGTP-IN

- Na **dívida de curto prazo**, a CGTP-IN defende que o Estado seja financiado a **0,75%**, como acontece com a banca privada.
- Só por via da sua exclusividade na participação do mercado de BT⁷, os 17 Grupos Financeiros “especializados em BT” acumularam **726,8 milhões de euros**⁸, valor que traduz a poupança que o Estado atingirá por via das taxas de juro praticadas pelo BCE.

⁶ Em 2013, os juros e outros encargos com dívida serão de 8.630,1 Milhões de euros (página 91 do Relatório do OE2013).

⁷ O sítio do IGCP refere que “a colocação de BT em mercado primário é assegurada por um grupo de instituições financeiras reconhecidos pelo IGCP, E.P.E. como Especialistas em Bilhetes do Tesouro (EBT)”. <http://www.igcp.pt/gca/index.php?id=77>

⁸ Valor que só considera as emissões realizadas até 22 de Abril, sendo que estão previstas novas emissões durante o ano.

Encargos para o Estado pela emissão em mercado primário de Bilhetes de Tesouro					
Valores em Milhões de euros	Emissão de Bilhetes e Tesouro		Valor pago/a pagar pelo Estado	Compra de BT's à Taxa de Juro do BCE e quantidade vendida	Redução da Despesa oriunda de corte de verbas transferidas directamente para o capital
	Fase competitiva	Fase não competitiva			
TOTAL de BT a vencer em 2012	10.014,0	2.208,3	12.641,2	11.914,4	726,8

Fonte: IGCP E.P.E.; cálculos da CGTP-IN a partir de dados do IGCP, E.P.E.

- No quadro da **renegociação da dívida**, a CGTP-IN exige que seja posto um travão à delapidação das contas públicas. Tendo em conta os montantes já transferidos e as sobretaxas que lhe estão associadas, Portugal vai despende mais de 1.600 milhões de euros em 2012, valor que se poderá situar acima dos 16.000 milhões de euros no final do período, caso esta "ajuda" não seja rejeitada, isto sem contar com os juros base e as comissões e encargos anunciados ao empréstimo.

Programa da troica		
	Saldo*	Sobretaxa
FEEF⁹	19.100	492,8
MEEF¹⁰	22.100	475
FMI¹¹	22.200	777
TOTAL	59.467	1.744,9

Fonte: IGCP,EPE; *saldo a 31 de Março; Sobretaxa calculada tendo em conta as condições do empréstimo a Portugal; FEEF com uma sobretaxa de 258 pb; MEEF com uma sobretaxa de 215pb; FMI com uma sobretaxa de 350 pb. Os custos administrativos não estão incluídos

4. POUPANÇA ORÇAMENTAL PARA AS FAMÍLIAS E AS EMPRESAS COM AS RENDAS DO SECTOR ENERGÉTICO

As famílias e as empresas portuguesas são confrontadas, mensalmente, com facturas de electricidade de valores inacreditáveis. Tanto ao nível dos orçamentos familiares, como ao nível da estrutura de custos das empresas, a despesa em electricidade assume um peso substancial, ao mesmo tempo que a recém-privatizada EDP e as grandes empresas de produção e distribuição de energia apresentam lucros fabulosos.

As empresas que operam no sector sempre foram especialmente protegidas pela ERSE em conluio com os sucessivos governos do PSD/CDS e do PS, que permitem que grande parte dos custos destas empresas privadas sejam repercutidos nos consumidores finais, em prejuízo, claro, dos trabalhadores, dos pensionistas e das micro, pequenas e médias empresas. Trata-se de facto de um sector protegido, sem risco para as empresas que lá operam e têm lucros garantidos.

Vários diplomas legislativos consagram modelos de "remuneração garantida" e possibilitam que as empresas do sector da energia reflectam, na tarifa, custos que são decorrentes da sua actividade, obrigando o consumidor final, doméstico ou industrial, a pagá-los – os chamados Custos de Interesse Económico Geral (CIEG). Dentro deste bolo – que perfaz entre 17 a 31% da factura mensal de electricidade sem IVA – encontram-se encargos que vão dos sobrecustos com as empresas que operam em regime especial (PRE), aos encargos com a garantia de potência, a custos de remuneração e amortização dos terrenos adquiridos ou arrendados pelas empresas.

⁹ FEEF – Fundo Europeu de Estabilidade Financeira.

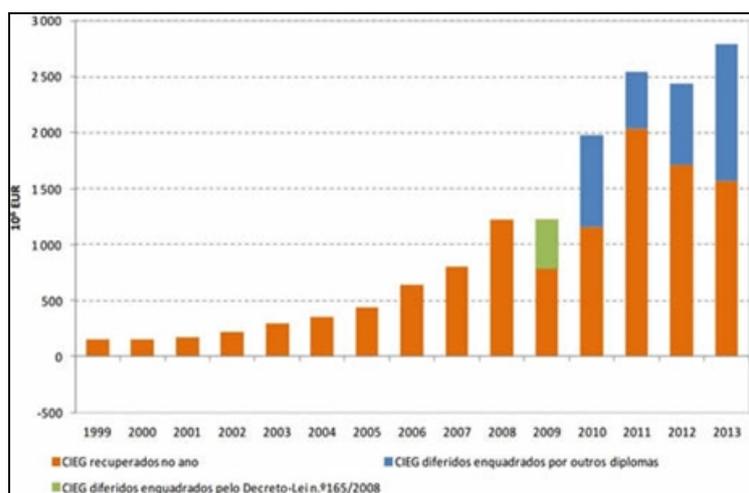
¹⁰ MEEF – Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira.

¹¹ FMI – Fundo Monetário Internacional.

Acrescem depois os custos com a utilização das redes de transporte e distribuição de energia, que se situam entre os 8% e os 31%, consoante se tratem de clientes domésticos ou clientes industriais de muito alta tensão. Isto faz com que o preço da electricidade seja, na realidade, de apenas 43% do total da factura sem IVA que pagam os consumidores domésticos até chegar a um máximo de 73% da factura no caso dos consumidores industriais de muito alta tensão¹², que são os que têm poder negocial junto dos comercializadores.

A juntar a tudo isto, o injusto aumento do IVA na factura da electricidade de 6% para 23%, faz com que a factura da electricidade tenha disparado nos últimos anos.

A liberalização do mercado eléctrico não veio reduzir os custos da energia. Pelo contrário. Em 2013 observou-se um aumento dos CIEG que ainda não estando contemplados na factura do consumidor final, implicarão um novo agravamento do preço da electricidade num futuro próximo, se nenhuma medida for tomada para o evitar.



Fonte: ERSE

Um agravamento que acresce aos brutais aumentos que se têm verificado, bem acima da inflação e do aumento salarial dos trabalhadores portugueses e que contraria as promessas que estiveram subjacentes à privatização total da EDP e à entrada de novas empresas na distribuição de energia. As promessas de redução do preço da electricidade caíram em saco roto, como a CGTP-IN denunciou, e o que na realidade se verifica é a indiferenciação ou uma diferença ínfima entre as tarifas praticadas.

Potência Contratada	EDP Casa	Galp On	Iberdrola	Endesa	GasNatural Fenosa
kVA	€/mês	€/mês	€/mês	€/mês	€/mês
3,45	5,53	5,53	5,24	5,61	
4,6	7,22	7,22	6,80	7,32	
5,75	8,88	8,88	8,36	9,00	
6,9	10,53	10,53	9,92	10,68	
10,35	15,50	15,50	14,60	15,71	15,49
13,8	20,46	20,46	19,28	20,75	20,66
17,25	25,43	25,43	23,96	25,78	25,82
20,7	30,39	30,39	28,64	30,81	30,99

Fonte: ERSE

¹² Dados recolhidos em www.erse.pt

O Governo PSD/CDS continua a assegurar a remuneração garantida a várias empresas do sector – incluindo nas energias renováveis –, garantindo que estas têm lucro e que recuperam o investimento, enquanto encerram diariamente dezenas de pequenas e médias empresas por todo o país. Veja-se o recente Decreto-Lei nº 35/2013, de 28 de Fevereiro, que estabelece várias modalidades remuneratórias aos centros electroprodutores, findo o período de remuneração garantida, sobrecarregando a tarifa eléctrica.

Não é assim de admirar que as maiores empresas eléctricas – **sobretudo na distribuição de energia – apresentem lucros extraordinários**. Além destes lucros, as empresas do sector eléctrico auferem ainda vários benefícios fiscais, com efeitos no Orçamento do Estado, por via do aumento da despesa fiscal. Numa estimativa da CGTP-IN que peca por defeito, as empresas do sector obtiveram 9,6 milhões de euros de benefícios fiscais em 2010 e mais de 31 milhões em 2011.

Proposta da CGTP-IN

São os consumidores domésticos e as empresas quem garante nas suas facturas os lucros fabulosos das empresas do sector, o que diminui o rendimento disponível de uns e agrava a competitividade dos outros.

Só **com consumidores domésticos, as empresas do sector recebem entre 638 milhões de euros** derivados dos CIEG¹³.

Os custos com a utilização das redes de transporte e distribuição, **representam rendas para as empresas do sector de cerca de 535 milhões de euros anuais**, considerando apenas os montantes pagos pelos consumidores domésticos¹⁴

Assim a CGTP-IN propõe também:

- Redefinição da estrutura da tarifa de electricidade para todos os tipos de consumidores, de modo a evitar que se adicionem novas parcelas/custos a repercutir nos consumidores de acordo com o interesse das empresas;
- Revogação dos benefícios fiscais às maiores empresas do sector eléctrico, o que pode representar uma poupança para o Estado de 31 milhões de euros
- Desoneração das facturas para os consumidores finais e industriais reduzindo substancialmente os custos de interesse económico geral e os custos de utilização das redes, o que possibilitará uma poupança média anual, para os 4 milhões de alojamentos domésticos de cerca de 1,2 mil milhões de euros (cerca de 25€ na factura mensal), para as 151 mil consumidores do sector agrícola de 73 milhões de euros (poupança mensal de 40€), para as 98 mil empresas da indústria entre 816 milhões e mil milhões de euros¹⁵ (poupança mensal entre 700€ e 880€ na factura de cada empresa) e para as mais de 730 mil empresas dos serviços, 85 milhões de euros (redução de 94€ na factura mensal de cada estabelecimento)¹⁶. Esta proposta enquadra-se na exigência da CGTP-IN de aumento do Salário Mínimo Nacional e da redução dos custos de contexto;
- Reposição da taxa de IVA a 6% para a electricidade.

¹³ Inquérito ao Consumo de Energia no sector doméstico, 2010

¹⁴ Inquérito ao Consumo de Energia no sector doméstico, 2010 e “Composição dos preços da Energia, 2013”, ERSE

¹⁵ Dependendo se se trata de Média ou Alta tensão

¹⁶ Dados disponíveis no Anuário Estatístico de 2011 (consumo em kWh) e considerando o valor médio de 0,143€/kWh para consumidores não domésticos, disponível em Pordata

5. CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE SOLIDARIEDADE SOBRE OS LUCROS DAS GRANDES EMPRESAS

Proposta da CGTP-IN

Considerando que têm sido, essencialmente, os rendimentos do trabalho e das pensões a ser afectados pelas políticas ditas de austeridade, exigindo dos titulares destes rendimentos sacrifícios sem paralelo para os titulares de rendimentos provenientes de outras fontes;

Neste sentido, é necessária a criação de uma Contribuição Extraordinária de Solidariedade sobre os lucros líquidos das maiores empresas em actividade do nosso país, que não sejam retidos para investimento produtivo no ano fiscal subsequente.

Assim, a CGTP-IN propõe:

A Contribuição Extraordinária sobre os lucros das maiores empresas incide sobre os resultados líquidos dos grupos económicos e empresas com resultados líquidos superiores a 1,5 milhões de euros. Ao contrário da derrama, a Contribuição Extraordinária sobre os lucros não incide sobre o lucro tributável, mas sobre os resultados líquidos totais, superiores a este valor, que não sejam retidos para investimento produtivo no ano fiscal consequente

Esta contribuição tem um cariz progressivo, com três escalões de lucros, e abrange apenas 0,2% das empresas. A receita total arrecadada com a introdução deste imposto, a título transitório, é de cerca de 747,5 milhões de euros¹⁷ - com a salvaguarda de vir a incidir sobre o resultado consolidado dos grupos económicos e não sobre as empresas que os compõem. A tabela seguinte sumariza a proposta.

(valores em milhões de euros)	Resultados Líquidos (em milhões de euros)	Taxa	Taxa média	Nº de empresas abrangidas	Receita do Estado
1º escalão	1.5 - 3	3,50%	-	273	747,49
2º escalão	3-25	7%	5,80%	217	
3º escalão	> 25	10%	9,40%	47	

Fonte: 500 M&M, cálculos CGTP-IN

6. RECUPERAÇÃO DE ENCARGOS COM O BPN/SLN E SALVAGUARDA DE FUTUROS ENCARGOS

Proposta da CGTP-IN

Como é do conhecimento público, em 2009, o Governo Do PS\ Sócrates nacionalizou o BPN – Banco Português de Negócios, deixando inexplicavelmente de fora a SLN – Sociedade Lusa de Negócios, comprovadamente detentora daquele banco.

O Banco Português de Negócios encontra-se no centro de um dos maiores escândalos financeiros ocorridos no nosso país, revelando uma complexa e ramificada teia de interesses com a implicação de diversas destacadas figuras públicas e envolvendo a perpetração de vários crimes financeiros.

Os encargos brutos “assumidos” pelos portugueses ascendiam, até ao final de 2012, aos 3,4 mil milhões de euros, resultantes de imparidades (montante perdido pelo Estado quando tentar vender os

¹⁷ Cálculos efectuados com base na publicação 500 Melhores & Maiores empresas da Revista EXAME de Novembro 2012, que contem os resultados líquidos referentes a 2011.

bens/activos do BPN, face aos encargos em que ocorreu quando os adquiriu), pagamento de juros, recapitalização do banco, encargos contingentes assumidos pelo Estado aquando da venda do BPN ao BIC e ainda despesa fiscal decorrente dos benefícios fiscais atribuídos ao BIC.

Aos encargos assumidos até ao final de 2012 somam-se os 30 milhões de euros de encargos com a reprivatização orçamentados para 2013, mais os juros decorrentes do financiamento que o Estado precisou para adquirir os activos do BPN/SLN, além dos encargos decorrentes da possível utilização das linhas de crédito disponibilizadas pelo Estado ao BIC/BPN no valor de 700 milhões de euros.

Mas não fica por aqui. As empresas criadas para absorver os activos do BPN – Parvalorem e Parups – ainda detêm activos no valor de 2.365,6M€ líquido de imparidades, o que significa que, no limite, os encargos dos portugueses com o BPN/SLN podem ascender aos 6 500 milhões de euros, mais juros.

A decisão de separar o BPN da SLN no momento da nacionalização do Banco permanece inexplicável, mas afigura-se como uma opção marcadamente política, aparentemente destinada a deixar intacta esta sociedade e os seus activos.

De notar que o Relatório da 1ª Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN afirma taxativamente o seguinte:

«(...) O crescimento do Grupo SLN foi feito sem que houvesse uma separação nítida entre as diferentes áreas. Para isso em muito contribuiu o facto de os administradores da SLN assumirem com frequência cargos de administração nas empresas participadas por esta, fazendo com que a decisão sobre o rumo das diversas sociedades estivesse sempre concentrada no mesmo grupo de pessoas(...)» E prossegue mais adiante: *«(...)A Comissão Parlamentar de Inquérito sublinha o facto do Grupo SLN, ao ter adquirido o BPN, ter dado origem a um grupo económico e financeiro caracterizado pela detenção de um banco subordinado aos interesses e estratégias do Grupo (...)»*

À luz destas conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito parece clara e inelutável a relação umbilical existente entre estas duas entidades, o que torna a opção de nacionalizar o BPN e os prejuízos decorrentes, deixando de fora a financeiramente saudável SLN, uma decisão altamente lesiva dos direitos e interesses dos contribuintes portugueses.

Actualmente, a Galilei (denominação que a SNL adoptou entretanto) é um grupo de empresas com negócios em diversas áreas, e entre os seus principais accionistas contam-se alguns dos mais destacados nomes envolvidos no processo BPN, inclusive nos processos criminais, a começar pela antigo Presidente do BPN, Dr. Oliveira e Costa (que é tido como o 2º maior accionista da Galilei).

O universo Galilei inclui¹⁸:

- Empreendimentos de luxo no Porto, no Algarve e em Angola e hotéis;
- Redes de Clínicas de meios complementares de diagnóstico, o British Hospital e PPPs Saúde
- Participações em empresas de petróleo em Angola;
- Empresas de alta tecnologia e outras;

Através da sua afiliada na área da saúde, este grupo tem inclusive vários contratos com o Estado, no valor de vários milhões de euros; com o Ministério da Administração Interna, a Galilei e seus satélites tem um contrato PPP que, entre 2006 e 2015 custará ao Estado 485 milhões de euros¹⁹, com garantias de manutenção da rentabilidade accionista²⁰. Estes e outros acordos de parceria levantam a questão de saber se é lícito que uma entidade que é devedora do Estado celebre com este contratos públicos.

Os governos PS e PSD-CDS têm sustentado a crescente sangria de dinheiros públicos, primeiro com a nacionalização dos prejuízos do BPN, depois com a sua venda em termos que implicam encargos anuais em muito superiores à receita obtida com a alienação, e, sobretudo, com a não imputação dos prejuízos e encargos para o Estado aos seus responsáveis – quer a título individual, estando parcialmente identificados os responsáveis pelo BPN/SLN, quer a nível corporativo, junto da Galilei.

Assim, a CGTP-IN propõe:

Que sejam tomadas medidas imediatas para pôr um fim aos encargos públicos com o processo BPN/SLN/Galilei, e, salvaguardando-se direitos dos trabalhadores da esfera Galilei, em simultâneo com a imputação aos responsáveis:

¹⁸ In “Ex-Donos do BPN continuam com negócios de milhões”, Visão de 4 de Abril de 2013

¹⁹ In “Ex-donos do BPN tratam-nos da Saúde”, Visão de 18 de Abril de 2013

²⁰ Contrato disponível na DGTF

- Das imparidades passadas e futuras, actualmente assumidas pelas empresas veículo;
- Da reposição dos fundos de recapitalização do BPN;
- Dos encargos com juros, ressarcindo o Estado pelos juros já pagos e assumindo o pagamento dos juros a pagar;
- Das despesas com indemnizações aos trabalhadores que, também vítimas da fraude, ficaram sem emprego, e que foram pagas pelo Estado (100 milhões de euros em indemnizações e prestações de desemprego);
- Dos encargos contingentes assumidos pelo Estado decorrentes da “negociação que levou à venda do BPN ao BIC, designadamente custos com litígios que decorrem em tribunal, custos com indemnizações aos trabalhadores do BPN objecto de despedimento, custos decorrentes de novos activos que o BIC pode ainda devolver já depois da venda e eventual despesa fiscal resultante dos benefícios fiscais concedidos no BIC-BPN pela fusão ocorrida entre as duas instituições.”²¹

Recuperação de encargos	
	Milhões de €
Recapitalização do BPN	600
Imparidades (2010, 2011)	2 135
Juros (2010, 2011, 2012)	448,4
Responsabilidades contingentes (OE 2012)	265
Total dos encargos já assumidos	3 448,4
Salvaguarda de futuros encargos	
Imparidades futuras	3 060,6
Juros e encargos contingentes futuros	Por calcular

²¹ In Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de Nacionalização, Gestão e Alienação do BPN

7. CONCLUSÃO

As propostas que agora apresentamos permitem:

Aumento Potencial da Receita do Estado em 2013 (valores em milhões de euros)	
Recuperação de encargos com o BPN	3.448,4
Contribuição Extraordinária de Solidariedade sobre os Lucros das Empresas	747,5
Criação de uma taxa de 0,25 sobre as transacções financeiras	1.868,0
Criação de um novo escalão na taxa de IRC	1.474,7
dos quais provenientes do sector financeiro	375,7
Tributação adicional dos dividendos	1.496,3
Combate à Fraude e Evasão Fiscal	1.162,9
Total	10.198

Diminuição Potencial da Despesa no Orçamento de Estado 2013	
Juros da dívida	
Poupança na dívida de longo prazo	3.464,1
Poupança na dívida de curto prazo	726,8
Eliminação imediata da sobretaxa/margem com "ajuda" da troica	1.744,9
Total de poupança com juros da dívida	5.935,9
Eliminação de potenciais perdas do Estado com o BPN	3.060,6
Eliminação dos benefícios fiscais e da dedução de prejuízos no sector financeiro	689,3
Redução imediata da TIR das PPP rodoviárias	687,4
Total	10.373